



Com Bernardo Cabral ao lado, Ulysses recebeu líderes, coordenadores e relatores adjuntos para decidir como serão as sessões

Ulysses veta definição do mandato agora

A inversão da pauta de votações um dos assuntos mais esperados para a reunião de ontem entre o presidente da Constituinte e os líderes partidários, sequer foi mencionada. Como o plenário da Assembleia inicia hoje as votações do Preâmbulo e Título I do projeto constitucional, o sistema de governo e o mandato presidencial não serão apreciados em primeiro lugar, como alguns grupos e principalmente o Governo vinham defendendo.

Continua, portanto, prevalecendo a posição do deputado Ulysses Guimarães, que não aceita a inversão. Ele informou, ao final da reunião, que ninguém havia levantado o assunto, mas reiterou, mais uma vez, que o regimento não só estabelece a votação numa ordem crescente, como proíbe a inversão. "O regimento poderia até se limitar à ordem crescente, mas ele estabelece, também, que não pode haver preferência de matérias estranhas ao capítulo que está sendo votado", afirmou. Indagado por que não havia colocado a questão da inversão, o senador Mário Covas, irritado, disse que não o fez porque a reunião foi convocada por Ulysses, que elaborou a pauta. "Caberia ao presidente da Constituinte levantar o tema", disse.

DECISÃO

Após uma hora de reunião, o presidente da Constituinte e mais 31 parlamentares, representando todos os partidos e grupos na Constituinte, decidiram que, em princípio, não haverá sessões aos sábados e domingos e nem durante as manhãs. O deputado Ulysses Guimarães, que entrou na reunião disposto a convencer todos da necessidade de sessões no final de semana, insistiu, na saída, que pode convocar a Constituinte, nesses dias, se for preciso. Também avisou que irá prorrogar todas as sessões "noite e dentro", para apreciação total de uma matéria cuja votação já tenha iniciado, antes das seis horas da tarde.

Por entender que se tratava de uma reunião "secreta", não revelou de quem partiu as ponderações para que a Constituinte, pelo menos no seu início, não funcionasse aos sábados e domingos. Um deputado, presente ao encontro, confirmou que as maiores resistências foram dos líderes do PDS, Amaral Netto, e do PFL, José Lou-

renço. Amaral Netto argumentou que o ritmo dos trabalhos causaria grande desgaste para os constituintes e justificou: "Se alguém morrer, o Congresso terá que decretar luto por três dias, paralisando os trabalhos".

Ficou acertado na reunião que as sessões terão início às duas horas da tarde, abrindo espaço para os debates, mas às três horas as votações se iniciam. Para cada emenda a ser votada, falarão dois constituintes a favor e dois contra. As sessões serão de segunda a sexta-feira e irão terminar às seis horas da tarde, mas todas poderão ser prorrogadas. O período da manhã será destinado aos entendimentos, para que haja maior velocidade na votação à tarde. Também, por determinação do presidente da Constituinte, poderá haver sessão pela manhã.

Por sugestão do deputado José Genoíno (PT-SP), Ulysses e todos os líderes aceitaram adiar para hoje o fim do prazo de apresentação de preferência para destaques ao Título II, do projeto de constituição, que trata dos Direitos Individuais e Sociais. O regimento determina que a apresentação de requerimento de preferências se dará até as 18 horas do dia que anteceder à apreciação do título a que diga respeito. Assim, entende o representante do PT, não estava prevista para hoje a votação do Título II mas somente o Preâmbulo e o Título I. "Só tínhamos a obrigação de entregar preferências para esses dois, porque, regimentalmente, o Título II não poderia ser colocado em votação".

O presidente da Constituinte não acredita que o processo de votação irá retardar a promulgação da nova Carta Magna. Citou alguns aspectos que contribuem para a aceleração dos trabalhos, entre eles a fusão de emendas semelhantes, que é, na sua opinião, "um instituto muito interessante". Por isso, Ulysses reafirma que a Constituição ficará pronta, no máximo, em dois meses. Ulysses lembrou ainda que o parecer do relator, que é da maior importância mas apenas um orientador de plenário, não será votado e, sim, os destaques. E quando um destaque é aprovado, automaticamente prejudica os demais referentes à mesma matéria. Além disso, afirmou, o relator pode até mudar o parecer na hora da votação.

Para Amato, polêmicas pedem um plebiscito

Da Sucursal

São Paulo — O presidente da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo), Mário Amato, defendeu ontem a convocação imediata de um plebiscito para se definir a vontade real da população sobre o mandato do presidente Sarney. O sistema de governo a ser implantado no País, a realização ou não de eleições gerais ainda este ano e o voto distrital misto. Amato fez a proposta numa reunião de vários empresários paulistas, na sala do presidente da Federação do Comércio, Abram Szajman, enquanto aguardavam a presença do governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, com quem almo-

çariam logo depois. "Democracia é isso, não se proclama, se pratica", disse Amato, ao justificar o pedido de plebiscito, argumentando que a Nação precisa deixar clara suas preferências, embora o Congresso Constituinte esteja reunido para avallar todas essas questões. Segundo ele, não é necessário esperar o fim dos trabalhos constitucionais para se ter a avaliação de que há muitas opiniões conflitantes entre os parlamentares, que dificilmente chegarão a acordos. "Esse plebiscito deveria ser feito o mais rápido possível, no máximo em um mês para que tenhamos uma definição deste quadro institucional", acrescentou.

Inversão da pauta já está quase inviável

A proposta de inversão da pauta da Constituinte, que já estava meio morta desde a semana passada, deu ontem mais dois passos em direção ao túmulo. O primeiro foi pela manhã, durante a reunião das lideranças partidárias com o deputado Ulysses Guimarães, onde a idéia não foi defendida sequer pelo seu primeiro patrocinador, o senador Mário Covas (veja matéria ao lado). O segundo passo ocorreu à tarde, no encontro que o líder governista Carlos Sant'Anna manteve com os principais articuladores do Centrão. Tentou vender a proposta, através do deputado Roberto Cardoso Alves, mas esbarrou na reação irritada dos deputados Afif Domingos, Roberto Jefferson e Ricardo Flúza.

Mesmo assim, ainda há um grupo de parlamentares tentando ressuscitar o assunto. O senador Leopoldo Peres e o deputado Alêrio Filho começaram ontem a recolher assinaturas entre os constituintes para um requerimento sugerindo a inversão da pauta para a votação antecipada do mandato presidencial, e do regime de governo. Eles esperam conseguir nos próximos dias a adesão da maioria absoluta de parlamentares (200), o que, segundo entendem, obrigaria o deputado Ulysses Guimarães a submeter a matéria a votos. "Quem pode o mais pode o menos", afirmou Peres.

Ainda que consigam maioria, os articuladores do requerimento devem se preparar para encontrar

fortes resistências contra a medida. O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, disse ontem que não aceita que a inversão seja feita desta forma: "Ou se altera o regimento interno ou as lideranças entram em acordo. Qualquer outro recurso é claramente anti-regimental".

CENTRÃO

No Centrão, a proposta também não encontra receptividade. Na reunião que os principais articuladores do grupo mantiveram ontem, na biblioteca da Câmara, o deputado Roberto Cardoso Alves chegou a levantar o assunto, sugerindo que os centristas se unissem em torno da inversão. Foi imediatamente interrompido pelo deputado Afif Domingos, defensor de eleições este ano, que lembrou ser o mandato um tema proibido no grupo. "Ou nos concentramos nas questões temáticas ou o movimento racha".

Domingos não ficou só, teve o apoio de Roberto Jefferson e Ricardo Flúza. O último chegou a afirmar que, enquanto integrar o Centrão, os acordos internos serão respeitados. O deputado pernambucano referia-se ao entendimento tácito firmado entre os centristas no sentido de que nem a duração do mandato presidencial nem o regime de governo seriam objeto de discussão.

Segundo um dos participantes do encontro, o líder governista Carlos Sant'Anna não se manifestou a respeito do assunto, mas ficou visivelmente constrangido. Ele trabalha pela inversão

a pedido do Palácio do Planalto.

BOM SENSO

Se não pode contar com todo o Centrão, Sant'Anna tem outro recurso para viabilizar a antecipação das votações. Ontem, um grupo de parlamentares, liderado pelo senador Leopoldo Peres e pelo deputado Alêrio Filho, começou a coleta de assinaturas para um requerimento propondo a inversão da pauta.

Segundo Peres, o movimento não tem relação com qualquer dos grupos institucionais da Constituinte. "É simplesmente o resultado de uma preocupação comum a vários colegas em torno do atraso dos trabalhos da Assembleia. Entendemos que a antecipação dos temas mais polêmicos (mandato e regime) possibilitará a aceleração das demais votações. E tudo uma questão de bom senso".

O senador peemedebista admite que a inversão através de requerimento, mesmo que respaldado pela maioria dos constituintes, é anti-regimental. Argumenta, porém, que o deputado Ulysses Guimarães já admitiu várias transgressões ao regimento utilizando o recurso do chamado acordo de lideranças, também não previsto nas normas da Constituinte.

Embora não tenha revelado o número de assinaturas de seu requerimento, Peres garantiu que a receptividade tem sido muito boa e manifestou a expectativa de que em poucos dias se chegará à maioria absoluta de adesões.

A HORA DA VERDADE

Há quase um ano a sociedade brasileira espera por uma nova Constituição. Uma Constituição moderna, fundada na livre iniciativa e na liberdade política e de expressão.

Uma Constituinte enfim, que tenha coragem para impor as reformas de que o Brasil precisa. E uma coragem ainda maior para repudiar os vendedores de ilusões, com suas tentativas de conquistar o poder prometendo o paraíso para cada brasileiro.

No momento em que a Assembleia Nacional Constituinte chega à hora da verdade, com o início da votação do texto constitucional em plenário, queremos prestar nossa homenagem a todos os integrantes do Centrão.

Graças à mobilização dessa maioria suprapartidária e outrora silenciosa, pode o País livrar-se da camisa-de-força que a maioria radical tentou colocar-lhe durante os trabalhos da Comissão de Sistematização.

Com real senso de responsabilidade, o Centrão, este exemplo concreto do que pode construir a engenharia política brasileira,

afrontou a xenofobia e o preconceito, enfrentou o patrulhamento da baixa política e impôs a democrática maioria do voto tantas vezes quantas foi preciso para recolocar o trabalho da Constituinte no caminho das maiores vocações e aspirações de nossa sociedade.

Agora é chegado o momento para a arrancada final. A partir de hoje e pelo tempo que for necessário, os integrantes do Centrão estarão no plenário da Constituinte, debatendo e votando as regras maiores que balizarão o Brasil de amanhã.

Separados, todos os segmentos sociais até aqui unidos pela argamassa do Centrão serão presas fáceis dos inimigos da democracia liberal. Unidos teremos força da maioria para repudiar o oportunismo e a demagogia dos que aspiram tomar o poder para nunca mais deixá-lo.

Este País conta com cada um dos membros do Centrão. E não vamos decepcioná-lo.

Brasília, 27 de janeiro de 1988.

CENTRÃO
Coordenação Geral